

2

“AS JESUÍTAS”: ENTRELAÇAMENTOS DE IDEIAS EDUCATIVAS EM CONVENTOS E RECOLHIMENTOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

*Ana Cristina Pereira Lage*¹

Provavelmente você não ouviu falar de uma vertente feminina da Companhia de Jesus. Efetivamente, enquanto congregação ou ordem feminina vinculada aos inacianos, “as jesuítas” nunca existiram; porém, é possível encontrar essa denominação em alguns documentos do século XVIII. Tais fontes relacionam-se com as instituições que seguiam os princípios das ursulinas e tiveram conexões com os jesuítas que circularam pela América portuguesa. Mas essas conexões também alcançaram outros espaços, de acordo com a circulação dos inacianos e suas intenções de interagir com o universo feminino.

Philippe Annaert (1990) indica que, desde a fundação da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola já se preocupava com a constituição de uma comunidade feminina e, em Roma, criou uma instituição denominada de Irmãs de Santa Marta. Porém, devido a problemas na administração da casa, os inacianos desistiram de implementar um braço feminino da congregação. Entretanto, é possível encontrar uma íntima relação dos jesuítas com pequenas comunidades femininas na Europa desde o século XVI. Eles não agiam diretamente nesses grupos, mas exerciam algumas funções de aproximação, como confesores e mentores espirituais das mulheres ou então se

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Diamantina, Minas Gerais).

mostravam responsáveis por captar recursos e auxiliar assim na manutenção das suas casas. A aproximação ocorria mais junto daquelas comunidades femininas que visavam à educação cristã, além do aprendizado da leitura ou escrita por parte de meninas pobres. Geralmente, eram mulheres que ensinavam, voltadas para a religião e catequese, mas não tinham vínculo com ordens religiosas.

Ainda no século XVI, ocorreu o surgimento e a ampliação do movimento das mulheres denominadas ursulinas a partir da Itália e que se espalhou pela Europa, autorizado e referendado pela Santa Sé, as quais aproximaram gradativamente as suas obras dos jesuítas, uma vez que, em seus princípios, visavam à educação catequética de meninas. Essa aproximação tornou os jesuítas propagadores dos princípios das ursulinas e a expansão da obra feminina deveu-se também à ação direta da circulação dos inicianos por diversos espaços. As ideias dos jesuítas e das ursulinas se entrelaçavam então, especialmente com o intuito de expandir o catolicismo a partir de uma educação catequética.

Segundo Serge Gruzinski (2004), desde a sua origem, a Companhia de Jesus teve uma vocação planetária e foi pioneira na expansão junto às monarquias católicas a partir do século XVI. Por onde os religiosos passaram, difundiram suas ideias e seus princípios, mas também absorveram culturas locais, tornaram-se mestiços, híbridos, mediarão e conectaram informações e fizeram parte de uma “elite católica” globalizada. A expansão política das monarquias católicas ibéricas pelos *quatro cantos do mundo* utilizou-se do trabalho das ordens religiosas e seus missionários, especialmente dos jesuítas, em um auxílio mútuo de expansão do ideário católico, tanto de conversão, como de aceitação da dominação ibérica nos locais conquistados, já que a expansão articulava então com outros espaços, outras configurações políticas e outros

imaginários. É dessa forma que as histórias dos jesuítas se conectam com os princípios das ursulinas para fortalecer ou implementar o ideário católico nos espaços conquistados. Por outro lado, esta foi uma forma de ampliar o número de mulheres que seguiam o ideário das ursulinas para além da Europa.

Na América portuguesa foram dois conventos e dois recolhimentos que receberam as orientações das ursulinas e tiveram o apoio direto tanto dos jesuítas, quanto da Coroa portuguesa para seus respectivos funcionamentos. Dessas instituições, três tiveram a ação direta do jesuíta italiano Gabriel Malagrida: o Recolhimento das Ursulinas da Soledade de Salvador (Bahia, 1739), o Recolhimento de Sagrado Coração de Jesus em Igarapé (Pernambuco, 1744) e o Recolhimento das Ursulinas do Sagrado Coração, em São Luís (Maranhão, 1752). Por meio da ação de Gabriel Malagrida, o recolhimento soteropolitano foi transformado no Convento da Soledade em 1752. Ainda em Salvador, já existia o Convento das Ursulinas das Mercês, o qual foi autorizado a partir do Alvará de D. João V de 23 de janeiro de 1735, mas efetivamente começou a funcionar em 1742 e teve como fundadora D. Úrsula Luiza de Monserrate (MONSERRATE, 1745). Este último convento não teve a ação do padre Malagrida para o seu funcionamento, mas foi apadrinhado em todas as suas atividades iniciais pelos jesuítas que habitavam naquela localidade.

Embora não exista uma “vertente feminina” e com relação direta aos jesuítas, parece que as mulheres que seguiram as orientações ursulinas na América portuguesa foram associadas à Companhia e receberam certa proteção na implementação de suas ações. Ocorreu então um entrelaçamento, diretamente vinculado ao caráter educativo de ambos, especialmente aqueles usados para a catequese e a disciplinarização da sociedade. Compreendo que os jesuítas se tornaram

mediadores dos princípios das ursulinas, levados para os diversos espaços que circulavam.

A opção por utilizar o termo *entrelaçamento* justifica-se por entender que esta é uma das expressões “que buscam nomear os modos de fazer história que concebem realidades ou processos que se interpenetram, que entram uns nos outros, que interagem de uma maneira tal que já não se mostra possível considerar tal unidade ou fio isoladamente” (BARROS, 2019, p. 21). Compreendo que as ursulinas se tornaram tão dependentes, com seus processos interpenetrados e entrelaçados aos inicianos por um determinado tempo, que até passaram a ser denominadas como *jesuitesses*, *jesuitines* ou “jesuítas”. Neste trabalho, pretendo compreender os pontos de entrelaçamento da relação entre jesuítas e ursulinas que levam à associação de ambos nos documentos do período moderno.

OS ENTRELAÇAMENTOS NOS CONTATOS EUROPEUS

A Companhia de Jesus foi criada em 1537, por Inácio de Loyola (1491-1556), na esteira da Reforma Católica. Os inicianos pretendiam levar a fé católica a todas as partes do mundo e logo ampliaram o número de adeptos e religiosos que queriam seguir os seus princípios:

O modelo iniciano pode ser resumido em três princípios básicos: o romanismo (total fidelidade ao papa, havendo inclusive um voto especial com esse objetivo, além dos habituais três votos regulares), a ‘polivalência’ (além de religiosos, seriam um pouco de tudo que fosse necessário – médicos, botânicos, professores e assim por diante) e o ascetismo (procura da plenitude da vida moral). Obedecendo a esses princípios e treinado pelas quatro semanas dos *exercícios espirituais*, que combinava em alto grau a segurança da retidão, o conhecimento de Deus, a experiência mística e a

decisão prática, o religioso dessa ordem se tornava mais um elemento de uma unidade de elite de combate ao lado do próprio Cristo e, assim, poderia lutar para a propagação da fé católica, segundo o seu fundador (TAVARES, 1995, p. 26).

O modelo proposto atendia às políticas expansionistas das monarquias católicas, especialmente na sua polivalência ao adentrar os territórios conquistados, uma vez que possuíam capacidades adaptativas de suas práticas por onde passassem. Tanto poderiam circular quanto enraizar-se em locais distantes, de acordo com as intenções de suas missões. Cabe salientar a intenção de educar para cristianizar e civilizar em outros espaços, para além da Europa, especialmente aqueles que ainda não possuíam contato com o catolicismo.

Por outro lado, também foram responsáveis por fundar colégios por onde circularam, com o intuito de instruir e educar as elites locais. No início do período moderno, a educação passava a ser vista como um meio de controlar os fiéis, tanto por parte dos protestantes, quanto por parte dos católicos, e cada vez mais a escola tornava-se um espaço necessário para a formação dos indivíduos. Nesse sentido, os inicianos foram responsáveis por fundar “inúmeros colégios para religiosos, depois também abertos aos leigos, em grande parte da Europa e do mundo, que se tornam, assim, o instrumento mais eficaz para a elaboração de uma nova forma de cultura mais próxima dos princípios da Igreja católica” (CAMBI, 1999, p. 261).

Por sua vez, a Congregação das Ursulinas foi criada em 1535 dentro desta perspectiva educativa da Igreja Católica. A fundadora, a italiana Ângela de Merici (1474-1540), propunha um modelo diversificado do modo de vida religioso, uma vez que, naquele momento, formavam

grupos de mulheres que se congregavam sem a intencionalidade do enclausuramento. A aprovação de suas atividades pela Santa Sé em 1545 propunha que o grupo pertencia a uma nova categoria, com um misto de religiosas regulares e seculares. O caso das ursulinas coloca em discussão a ideia de que, depois do Concílio de Trento, a Igreja Católica teria imposto a clausura para os grupos de mulheres recolhidas em determinadas instituições, especialmente aquelas que faziam parte do clero regular. Com relação à educação de mulheres, Philippe Annaert (2012, p. 10) indica que, após o concílio de Trento, as autoridades da Igreja buscaram mobilizar forças “do mundo católico para que as meninas fossem ensinadas desde a infância tanto nos princípios da religião e da moral quanto nos saberes profanos elementares que seriam a leitura, a escrita e o cálculo” (Tradução livre).

Segundo Querciolo Mazzonis (2014), o século XVI foi um período caracterizado por experimentos religiosos, entre os quais a proposta mericana teria crescido entre aquelas mulheres que não conseguiam ingressar nos espaços conventuais:

A Companhia, então, poderia representar uma atração para as mulheres de diversos extratos que se encontravam em uma situação de fragilidade social ou de precariedade econômica, pois não precisava de dote, recebia uma identidade religiosa aprovada pela Igreja e oferecia certa proteção material. [...] A companhia, pois, propunha às mulheres a liberdade do confinamento da clausura, a possibilidade de ter contato com a vida civil, com a família e conhecidos, de manter a propriedade pessoal e encontrar um lugar ativo no mundo através do ensino, a assistência e as colocações administrativas destas atividades (MAZZONIS, 2014, p. 358-359. Tradução livre).

É possível detectar a originalidade desta congregação no momento de sua fundação, cuja idealizadora propunha uma nova forma de vida,

onde cada Instituto teria autonomia com relação ao outro. A popularidade das ursulinas, a ampliação de suas ações no território italiano desde a fundação inicial e a aprovação de suas ações por parte da Igreja Católica, fundadas nos princípios de esmola, penitência e ensino, foram essenciais para vinculá-las a um projeto de disciplinamento da sociedade. As práticas educativas das ursulinas seriam voltadas para a aprendizagem da palavra sagrada, onde as mestras agiriam enquanto mediadoras, mas não como criadoras do processo, baseadas sempre em repetições de conceitos expressos pelos homens da Igreja (MAZZONIS, 2014, p. 382).

A expansão dos princípios das ursulinas vinculava-se às ações dos bispados no controle da população local, especialmente daquelas mulheres que não tinham uma destinação muito definida. Philippe Annaert (1990) aponta que, embora diretamente ligadas aos bispados, a mensagem das ursulinas aproximava-se diretamente daquela dos jesuítas, especialmente por meio de seus princípios educativos. A circulação e propaganda da proposta ursulina para fora do território italiano se deram principalmente pela ação dos jesuítas, muito interessados no controle e incentivo de suas atividades, além do alcance do público feminino. Na França, nas instituições nas quais se encarregavam de educar e tinham relação com os inicianos, elas passaram a ser chamadas de *jesuitesses* ou *jesuitines*.

Os estudos de Heide Keller-Lapp apontam que, embora houvesse autonomia entre as diversas casas, uma vez que cada uma poderia definir a sua regra e constituição, o que unia a congregação era o caráter educativo, que propunha “a reconquista das almas para Cristo e para a Igreja Católica assegurando a alfabetização das mulheres, a aprendizagem do catecismo e a instrução moral, desde a mais tenra

idade” (KELLER-LAPP, 2010, p. 21. Tradução livre). A autora indica também a associação das ursulinas com os jesuítas. Em suas pesquisas, ela analisa algumas mulheres congregadas francesas que realizaram ações missionárias a partir de 1630 no território da Nova França (atual Canadá) e se intitulavam *jesuitesses*. Nesse espaço, as ursulinas buscaram o modelo de métodos empregados pelos jesuítas no cuidado com as indígenas locais, como

[...] a utilização de gestos e recursos de imagens (pequenos crucifixos, relicários e imagens retiradas dos breviários) para ensinar a doutrina cristã, como também a tradução de orações e diálogos cristãos para as línguas maternas. As Ursulinas aplicaram muitos destes métodos para instruir as meninas ameríndias (KELLER-LAPP, 2010, p. 34. Tradução livre).

É importante observar essa diversidade educativa das ursulinas, o que aproxima muito as suas funções com aquelas exercidas pelos jesuítas. Assim as *jesuitesses* tanto educavam meninas, especialmente aquelas pobres, junto às suas casas na Europa, como também cuidavam da catequização de indígenas na América. Cabe aqui pensar na circulação das ursulinas para o território americano dominado pelos franceses. Porém, essa possibilidade se tornou cada vez mais restrita, e, segundo Philippe Annaert (1990), já no início do século XVII ocorreu um fenômeno de freio e controle nas atividades das congregações femininas educativas, especialmente na circulação dessas mulheres, o que acarretava o fechamento delas em suas casas. Por serem congregadas, as ursulinas não proferiam o voto de clausura, porém fechavam-se no interior de suas casas e não circulavam mais pelas cidades. Gradativamente, as casas das ursulinas na Europa se tornaram espaços próximos aos claustrais, porém mantinham o caráter educativo

do grupo, com escolas anexas, tanto para meninas externas quanto internas, para atender às necessidades da comunidade do entorno de suas instituições. Será esse modelo que encontraremos na América portuguesa.

O PRIMEIRO ENTRELAÇAMENTO NA AMÉRICA PORTUGUESA: O CONVENTO DAS URSULINAS DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

O Convento das Ursulinas das Mercês foi autorizado para ser fundado em Salvador a partir do Alvará de D. João V de 23 de janeiro de 1735, mas efetivamente começou a funcionar em 1742 e teve como fundadora D. Úrsula Luiza de Monserrate (MONSERRATE, 1745). A fundadora, nascida em 1700, foi a única filha sobrevivente de uma rica família soteropolitana. Assim, para a implementação de sua obra teve o apoio do arcebispado local, bem como da Companhia de Jesus, sobrevivendo por meio de dotes, doações de recursos e de sua própria herança. Desde a sua infância, já tinha relação direta com os jesuítas, uma vez que seu nome fora escolhido pelo inaciano confessor de sua mãe, um certo padre Jacob, bem como a indicação de que seria uma religiosa teria acontecido aos quatro anos de idade pelo importante líder inaciano na América portuguesa, o padre Alexandre de Gusmão (MONSERRATE, 1745). A importância de sua família também reflete nas suas relações com a Coroa, uma vez que conseguiu que a instituição ficasse sob a proteção da rainha portuguesa, Mariana de Áustria. O Alvará de D. João V que autorizava a abertura do convento já definia que este deveria seguir os princípios das Ursulinas por conta de sua finalidade educativa (DANTAS, s/d, p. 87).

É importante indicar que a fundadora se encarregou de organizar uma “Memória” da instituição, a qual apresenta uma compilação dos

principais documentos da fundação da instituição. Nesta “Memória” encontramos uma provisão passada pelo Cabido da Sede Vacante do Arcebispado da Bahia, datada de 1735 e na qual podemos encontrar a primeira menção às “Religiosas Jesuítas”²:

Fazemos saber em como Dona Úrsula Luiza de Monserrate natural deste Arcebispado nos apresentou um Alvará de Sua Majestade que Deus Guarde para edificar um **Mosteiro de Religiosas Jesuítas, ou Ursulinas** dentro da Cidade da Bahia, ou nos seus subúrbios conforme parecer melhor ao Arcebispo, e dela fundadora não sendo em sítio que prejudique a defesa da Cidade e ou do público e que o mesmo Arcebispo eleja a regra que julgar mais conveniente para um convento reformado, fazendo as constituições que devem observar as religiosas, cujo número não há de exceder cinquenta sendo obrigada a suplicante o fazer toda a despesa d’edifício e estabelecer dote competente para o Mosteiro, e as religiosas que sejam de todas com cem mil réis de renda vitalícia, e na profissão davam de propina outros cem mil réis (MONSERRATE, 1745, grifos nossos).

Para além de indicar que a instituição seguiria os princípios das ursulinas, o documento limita o número de religiosas a cinquenta, mesma quantidade permitida no Convento de Santa Clara do Desterro, único existente até então em Salvador. Esse controle estava diretamente ligado à tentativa da Coroa portuguesa em direcionar as mulheres da colônia para o matrimônio; porém, ao permitir uma obra das ursulinas, intencionava que estas fossem capazes de educar meninas para o século e não para seguir o estado de religiosa. Além disso, o documento apresenta a forma como a obra deve ser sustentada a partir dos dotes das religiosas e da doação da fundadora. Por fim, como cada casa das

² Para uma melhor compreensão do público leitor, todos os documentos transcritos neste capítulo de livro tiveram o português atualizado.

ursulinas poderia ter a sua própria forma de funcionamento, indica que o arcebispo deveria indicar a regra e o estatuto mais adequado.

Segundo Dantas (s.d., p. 87), “as Ursulinas do Convento de Nossa Senhora das Mercês, desde a Fundação, adotaram a Regra e Constituições de Bordeaux”, esta última elaborada em 1683. A Regra utilizada era aquela de Santo Agostinho. A bula do papa Paulo V data de 1618, a qual autorizava o funcionamento da Casa de Bordeaux, apresenta uma modificação no modo de vida das ursulinas, uma vez que mantinha o caráter educativo da instituição, mas fechava as mulheres no interior da casa. Assim, é importante pensar naquele movimento de fechamento do modo de vida, que valeria tanto para as ursulinas de Bordeaux, quanto para aquelas casas que iriam seguir as suas orientações, uma vez que se tornam reclusas em suas casas, mas mantendo o seu caráter educativo. Segundo a Bula de Paulo V, as ursulinas

Dedicaram-se e ainda se dedicam cuidadosamente à educação das jovens. Sua casa é partilhada, tal como os Colégios, em várias turmas onde recebem alunas de todas as condições. Seu primeiro cuidado é ensinar-lhes a Doutrina Cristã; para protegê-los com conselhos salutareos, contra o perigo (tanto a temer) de provar desde a mais tenra infância o suco amargo da heresia e dar-lhes uma aversão ao luxo (para o qual o sexo tem muita inclinação). Ensinam-lhes então todas as artes honestas e adequadas ao seu sexo e, para atrair para o estudo da religião cristã as pessoas menos favorecidas de fortuna, ensinam com especial cuidado, meninas pobres ou estrangeiras, ocupações para fazê-las ganhar a vida (Bula de Paulo V apud RÈGLES ET CONSTITUTIONS, 1829. Tradução livre).

A bula apontava que as ursulinas deveriam zelar especificamente pela educação de meninas e ter especial cuidado com a educação daquelas pobres. A regra indicada era a agostiniana; nas Constituições,

aparece um capítulo específico sobre a direção e a instrução dos pensionatos e das escolas externas. Neste ponto, salientam-se os parágrafos que tratam do ensino da religião, das “ciências profanas” (leitura, escrita, conhecimentos elementares da gramática francesa, história sagrada e cálculo), das “artes de aprovação” (decorativa e moral) e trabalhos manuais. Estes últimos deveriam ter muita atenção, uma vez que o amor e o gosto pelo trabalho seria “um dos meios mais eficazes para preservar a sua inocência e cumprir fielmente os deveres do seu estado” (RÈGLES ET CONSTITUTIONS, 1829, p. 166).

As Constituições de Bordeaux destacam a proposição de dois tipos de educandas: alunas internas e externas. A própria “Memória do Convento das Mercês” demonstra a preocupação das primeiras religiosas de oferecer os dois tipos de educação. O convento foi finalizado e ocupado apenas em 24 de setembro de 1744; nesse momento, Úrsula Luiza de Monserrate e outras quatro mulheres foram autorizadas a receber o hábito das ursulinas. Havia uma promessa da vinda de religiosas da região de Flandres para o início da instituição, mas por falta de recursos devido aos gastos com a construção do convento, o funcionamento começou com a nomeação de Úrsula como superiora para o primeiro triênio e a subdivisão das demais funções entre as outras quatro religiosas, que também eram irmãs de uma mesma família (Ana de Jesus, Inês de Jesus, Maria de Jesus e Francisca de Jesus). No dia em que ocuparam o prédio, também receberam quatro noviças e, no dia seguinte, a primeira educanda interna, Dona Justina de Santa Ana. Na “Memória”, é possível encontrar uma planta do prédio, que demonstra que este ainda não estava concluído (MONSERRATE, 1745).

alcançarem a igreja sem ter contato com outras pessoas. O que interessa aqui é a indicação da construção de duas “classes por baixo” e, junto à rua, os educandários, especialmente com o intuito de receber alunas externas. Mas parece que só foi possível aceitar o ingresso de internas no início e as externas apareceram apenas no final do século XIX (DANTAS, *s/d*).

Em 1764, vinte anos após a fundação do Convento das Mercês, segundo informações do Arcebispo da Bahia, D. Frei Manuel de Santa Ignez, a instituição possuía apenas seis educandas que viviam internas, mas todos os cinquenta lugares das religiosas estavam ocupados e as obras do prédio ainda estavam por finalizar (SANTA IGNEZ, 1764). Problemas financeiros, além de uma obra do prédio de difícil finalização, acarretaram sua conclusão por volta de 1794 (CORREA, 1794).

Parece que o Convento das Mercês acabou se adaptando às necessidades da sociedade local por espaços conventuais de guarda de suas mulheres e com poucas preocupações de implementação de seus educandários, pois poucos documentos dão informações sobre a função educativa das suas religiosas. Por outro lado, é possível verificar diversos documentos que relacionam as religiosas do Convento das Mercês com os jesuítas, uma vez que estes foram responsáveis diretos pela mediação da doação da igreja e terreno onde seria construída a instituição, destacando-se o padre Manoel Ribeiro (MONSERRATE, 1745). A primeira missa da igreja das Mercês após a entrada das religiosas na instituição foi celebrada pelo padre da Companhia de Jesus, José de Sepúlveda, o qual recebeu os votos e tornou-se o confessor das mesmas, além de guardar as chaves do espaço, que poderíamos relacionar como uma “clausura” (MONSERRATE, 1745).

Em 1748, com toda a pompa necessária, o jesuíta Antônio de Oliveira celebrava o Sermão da profissão de quatro irmãs de sangue e que se tornaram religiosas (Teresa Maria de Jesus, Rita Maria da Encarnação, Bernarda Thomasa do Nascimento e Maria Luiza do Sacramento) no Convento das Mercês. O Sermão foi impresso no ano seguinte em Lisboa, e o pai das religiosas, Antônio Soares de Figueiredo, indica na obra que dedicou as suas seis filhas para Nossa Senhora das Mercês (OLIVEIRA, 1749). É importante salientar que esta era uma instituição que abrigava mulheres da elite soteropolitana, a qual pressionava por ocupar lugares em conventos locais. Os conventos tornavam-se locais de prestígio e que não tinham dotes tão caros como aqueles destinados para o matrimônio. Neste convento em específico, não havia a indicação de educação de meninas pobres, como apontavam os princípios das ursulinas em suas origens.

O SEGUNDO ENTRELAÇAMENTO NA AMÉRICA PORTUGUESA: AS INSTITUIÇÕES MEDIADAS PELO JESUÍTA GABRIEL MALAGRIDA

O jesuíta italiano Gabriel Malagrida (1689-1761) dedicou 31 anos ao projeto missionário da Companhia na América portuguesa. Circulou desde o Pará até a Bahia e foi o responsável por fundar, dentre outras instituições, recolhimentos femininos com os princípios das ursulinas no território. Considero que este religioso foi o grande mediador dos processos de implementação ou fortalecimento das instituições que passaram a seguir a cultura das ursulinas na América portuguesa.

Sujeito “entre dois mundos”, o mediador cultural é capaz de produzir leituras, interpretações e sínteses no movimento de mão dupla, no qual circulam elementos ou fragmentos das culturas em contato. Ele não apenas

promove a circulação, ou o trânsito, como também produz novas configurações culturais dele resultante (LIMA E FONSECA, 2015, p. 126-127).

Entendo que Malagrida foi responsável por fazer circular ideias, adaptá-las às culturas locais e proporcionar novas configurações que serão aqui trabalhadas mais detalhadamente. Em 1721, ele desembarcou no Maranhão, onde exerceu a catequese junto aos indígenas, lecionou no Colégio dos jesuítas de Santo Alexandre no Pará e no Colégio Maranhense Nossa Senhora da Luz. A partir de 1735, iniciou uma fase de missões populares em vilas e cidades no interior da colônia, em direção à Bahia, quando “[...] percorreu uma longa jornada como missionário popular, disseminando aquilo que acreditava e construindo, por onde passou, teias de relações, como também rompimentos e enfrentamentos para garantir que seus ideais, escolhas e empreendimentos fossem materializados” (MEDEIROS, 2017, p. 40).

Chegou à Bahia em 1736 e já se preocupava com a situação das prostitutas locais, intencionando então criar um recolhimento para abrigá-las. Porém, teve que mudar a sua vontade inicial pois, recebeu a seguinte orientação do Superior Geral dos Jesuítas, Francisco Retz: “Aprovo grandemente – ajuntava ele – o vosso projeto de edificar asilo para essas mulheres abandonadas; mas antes disso, fundai um convento onde sejam recebidas donzelas dotadas; e, com os socorros desta casa, mais fácil vos será realizar o primeiro projeto” (TAVARES, 1995, p. 128). Embora a intenção do padre Malagrida na fundação do Recolhimento da Soledade tenha sido para abrigar mulheres pobres e especialmente prostitutas, a recomendação de seus superiores jesuítas era de que a instituição recebesse também moças com posses e que pudessem

ingressar com dotes que mantivessem a instituição com tais recursos³. O dote “independentemente da situação – educanda/religiosa –, resolvia dois problemas: o da manutenção da casa e o de estabelecer barreiras sociais, isto é, assegurar que apenas moças/mulheres de famílias ilustres e/ou posses permanecessem na instituição” (FERREIRA, 2006, p. 22).

Em 1739, o Recolhimento da Soledade começou a funcionar com quinze donzelas e uma viúva, que vieram do Sergipe quando o padre Malagrida passara por lá. A provisão Régia de 1740, na qual se confirmava o Recolhimento, deixava claro que a instituição deveria funcionar como educandário e as recolhidas não poderiam proferir nenhum voto (FERREIRA, 2006). A partir desse momento, iniciou-se uma pressão dos familiares das recolhidas para que a instituição se transformasse em convento, para suprir a falta desses espaços na Bahia.

Padre Malagrida esteve em Lisboa entre 1749 e 1751 para obter proteção para os recolhimentos e seminários que havia fundado e para aqueles que desejava fundar, bem como para solicitar a conversão do Recolhimento da Soledade em convento. O Alvará de 2 de março de 1751 autorizava padre Malagrida a criar quatro seminários, converter o Recolhimento da Soledade em convento, bem como regularizar o Recolhimento de Igarassu em Pernambuco, ambos com os Estatutos das Ursulinas, e ainda informava: “Outrossim faço mercê ao dito missionário de que possa estabelecer semelhantes fundações em outra qualquer parte da América” (Alvará de D. José I apud JESUS, 1754). É

³ É importante salientar que, em paralelo à construção do Recolhimento da Soledade, Padre Malagrida também se empenhou na construção do Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição na Bahia, fundado em 1743. O Alvará de 1751 autorizou ainda a fundação dos seminários de Belém, Paraíba, São Luís e Camutá (MEDEIROS, 2017, p. 80).

importante salientar que todos os recolhimentos a serem fundados deveriam seguir a forma de vida das ursulinas.

É claro que os poderes alcançados por Malagrida para fundar instituições geraram insatisfações junto à administração, às outras ordens religiosas e aos bispados locais. Os conflitos com relação à força dos jesuítas no território colonial já se despontavam no momento de circulação de Malagrida pelo território e eram reflexos de inquietações também existentes em outros espaços do Império português.

Não por acaso, as tensões enfrentadas por Gabriel Malagrida na construção de seminários e recolhimentos nas atuais regiões Norte e Nordeste do Brasil decorriam desses embates constituídos nas missões apostólicas dos jesuítas, dentro e fora da Colônia. Todas as acusações de exercerem abuso, manipulação dos nativos e obterem privilégios, eram imputadas ao missionário com o agravante de ter um vínculo muito próximo ao governo de D. João V, e dele receber permissão e doações para a edificação de instituições em Belém, São Luís, Salvador e Igarassu (PE) (MADEIRA, 2016, p. 97).

Um dos embates aconteceu com relação à conversão do Recolhimento da Soledade em Convento. O Arcebispo da Bahia, D. José Botelho de Mattos, em carta ao rei português datada de 1751, informava que tinha algumas considerações sobre tal transformação, especialmente pelo fato de a instituição seguir os princípios das ursulinas e a Bahia já possuir outra instituição que seguia a mesma orientação. Juntamente com outros religiosos locais (não jesuítas), realizaram uma consulta aos pais de possíveis educandas e chegaram à seguinte conclusão:

E sendo, como é, a obrigação de classes, e ensino no Colégio das Ursulinas o principal referencial, não cabe nem tem lugar nesta terra, por se ensinar

mulheres elas, sem embargo dos contínuos clamores dos Prelados, Missionários, confessores e pregadores, com tal reclusão, que parece impossível o conseguir, que os pais e parentes consintam que suas filhas, e mais obrigações saiam de casa à missa, nem assista a alguma outra função, o que geralmente se pratica não só com as donzelas brancas, mais ainda com as pardas, e pretas chamadas crioulas, e quaisquer outras, que se confessam de porta a dentro.

A vista de que não se pode esperar, que consintam este Colégio Meninas para se aproveitarem do ensino, que estas religiosas são obrigadas a dar, e para que unicamente foi o aprovado o seu Instituto, o que claramente se está vendo com bastante exemplo no Convento das Ursulinas das Mercês, pois achando-se ereto há dez anos, e com bastantes Religiosas, ainda se não deu princípio a este ensino, por não haver quem o precise, e se a este convento nenhuma Menina concorre achando-se contíguo à Cidade, mal se pode esperar ao da Soledade, mediando entre este, certa um bem quarta de légua de caminho ermo, e despovoado, e ainda que junto a ele hajam alguns moradores, são tão poucos, que ainda que quisessem não tem familiar, que mandar as classes (D. José Botelho de Mattos apud JESUS, 1751).

O que estava em jogo nessa orientação do arcebispo soteropolitano não era a instalação de mais um convento, uma vez que havia uma demanda das famílias mais abastadas por esse tipo de instituição, mas sim ter mais um espaço das ursulinas na cidade. A justificativa era que as famílias não permitiriam que suas filhas circulassem pelo ambiente urbano para se tornarem alunas externas e chega até a fazer críticas ao Convento das Mercês, que só recebia alunas internas. Mas sabemos que por trás de tudo isso estava a intenção de conquistar mais um convento para a cidade e que este não tivesse vínculos com os jesuítas. O documento do arcebispo aparece anexo ao requerimento da Superiora Beatriz Maria de Jesus, no qual informa:

[...] imploramos com lágrimas a sua Real Proteção para que Sua Majestade que Deus guarde ande ao Arcebispo que nos professe no Santo Instituto das Ursulinas, a que Deus nos chamou por meio das Missões do seu grande servo, e pai nosso espiritual Gabriel Malagrida, guardando-se inteiramente o que Sua Majestade manda no seu Alvará, e Provisão Real de dois de Março de 1751 sem embargo da representação que agora faz o Prelado para nos mudar de Instituto, ordenando S. Majestade o seu enviado, ou agente em Roma, que se não despache o requerimento, que faz o Prelado a Sua Santidade.

Sobre esta matéria, por não ser conveniente a seu real serviço, e a de Deus neste Brasil, onde a ignorância está mais apoderada da mocidade feminina, como experimentávamos nas casas de nossos pais, e bem o conheceu o servo de Deus Missionário nosso fundador nas Missões que fez para estes Bispados do Brasil, movendo-se com o que viu e experimentou a rogar Vossa Majestade pela introdução do santo e útil instituto das ursulinas em todo este Estado, o que agora pretende o comum inimigo perturbar, sem por se aplicarem os meios que se devem aplicar, como se vê no convento das Mercês, que por estar ainda nos seus princípios, sem o cômodo necessário para as Religiosas, e embargada com uma dilatada demanda de muitos anos a obra do seu edifício, se não tem feito ainda achar-se para ensinar meninas, suprindo o dito convento esta falta com as muitas a que dentro dele se ensinam, o que logo executaria este convento do Coração de Jesus da Soledade por termos já cômodo para as ensinar, e termos já ensinado a muitas, e nos terem já falado muitos Pais, para lhes ensinarmos as suas filhas (JESUS, 1751).

Após a recomendação do Arcebispo da Bahia de que o Recolhimento não deveria se tornar um convento de ursulinas, a pressão das mulheres que habitavam a instituição, bem como a de seus familiares e dos religiosos jesuítas, acarretaram a transformação desta em espaço conventual (FERREIRA, 2006). Assim, logo em 1755, o mesmo Arcebispo informava ter recebido ordens do rei português, além de um breve papal que indicava a ordenação de cinquenta freiras na

instituição. O espaço também foi reformado para a ampliação das vagas para as habitantes, obra realizada com recursos “de alguns pais e parentes de 11 educandas, que haviam neste Convento com ofertas de dinheiro prometendo à Superiora, que professassem suas filhas naqueles lugares” (MATTOS, 1755).

Em levantamento realizado por Adínia Ferreira (2006), é possível verificar que, mesmo com a transformação do espaço em convento, uma vez que seguiam os princípios das ursulinas, havia uma preocupação institucional em educar as internas para a vida laica, embora quase a metade delas tenha se tornado religiosa. Entre 1753 e 1790, 48 educandas ingressaram e, destas, quatro faleceram, 23 deixaram a instituição e 21 professaram como religiosas. Como as ursulinas eram constituídas em núcleos separados, não tinham vínculos com aquelas do Convento das Mercês e seguiram então a Regra de Brescia (aquela da fundadora Ângela de Merici), as Constituições do Arcebispado da Bahia e constituíram os seus próprios estatutos, que direcionavam o seguinte:

E por ser a mesma casa um colégio de distintas classes, nelas ensinam a quaisquer meninas primeiramente a doutrina cristã e outros saudáveis documentos, por isso, devem aprender todo o gênero de artes honestas e mais convenientes ao sexo para que possam melhor compreender a doutrina cristã [...] (Estatutos do Convento da Soledade, 1752 apud FERREIRA, 2006, p. 60).

Provavelmente, as educandas foram internas e instruídas de forma moral e religiosa para serem boas mães e esposas. A religião era tanto o centro controlador da vida das freiras, quanto daquelas que residiam na instituição apenas para educar-se. As educandas residiam em locais separados daqueles destinados às religiosas, e havia uma mestra para o

ensino de “tocar música, contar e ler vulgar” (FERREIRA, 2006, p. 87). O aprendizado da leitura ou de instrumentos musicais também serviria para a futura profissão de religiosa, como atesta o seguinte documento:

Nós, superiora, assistente e mais discretas do convento das ursulinas do Santíssimo Coração de Jesus da Soledade abaixo-assinadas atestamos e certificamos que Maria Joaquina da Conceição educanda no convento do Santíssimo Coração de Jesus vivendo com muito bom procedimento e edificação desta comunidade com ansiosos desejos de ser religiosa para assim poder melhor empregar-se no serviço de Deus e culto do mesmo Senhor tem aprendido neste convento a tocar órgão e letras precisas para as funções do culto Divino (CONCEIÇÃO, 1782).

Até aqui analisei as instituições que acabaram por se tornar conventuais, embora educassem meninas também para a vida laica, mas ainda muito voltadas para as suas funções religiosas. Também foram instituições existentes em um grande centro administrativo e religioso da colônia. Agora passo a trabalhar com aqueles recolhimentos fundados por Malagrida em espaços distantes do grande centro e que também não alcançaram a função conventual. Com relação ao Recolhimento de Igarassu, em Pernambuco, sabemos que este já existia anteriormente, até a passagem do inaciano por lá por volta de 1740.

As primeiras mulheres ali recolhidas eram, na sua maioria, pobres, desamparadas e de vida desregrada, por isso ele era vulgarmente chamado de *Recolhimento de Mulheres Convertidas*. Arrependidas, buscavam um refúgio para retomarem a vida com uma certa dignidade. O recolhimento era antigo, as datas remetem a sua idealização por volta dos idos de 1735, quando, indo a Igarassu, o missionário religioso franciscano Fr. Antonio da Conceição Fialho conseguiu que os clérigos Miguel Roiz Sepúlveda, André de Souza Sepúlveda, Serafim de Souza e Manuel David dos Passos se dedicassem ao serviço da igreja como regulares. Junto a eles, havia algumas

donzelas que, em suas casas, dedicavam-se aos exercícios espirituais e, indo certa hora do dia com o povo à igreja de Nossa Senhora dos Prazeres para fazerem orações, demonstravam inclinação para uma vida de recolhimento e devoção. Seguindo esse ideal, insistiram e investiram na constituição da instituição do recolhimento. Estávamos aí em torno de 1740 (ALMEIDA, 2003a, p. 191).

Por meio da intervenção e apoio de padre Malagrida, juntaram os dois grupos de mulheres em uma mesma instituição e, por seu intermédio, conseguiram a autorização de funcionamento em 1754, sendo inegável a influência do jesuíta para o fortalecimento e a direção da obra nos moldes das ursulinas. Os enfrentamentos para o funcionamento desta instituição também existiram, o que justifica a demora na autorização real para seu funcionamento. Apareceram em cena os padres Capuchos de Igarassu, receosos literalmente de “dividir a esmola” na região com essa nova obra, os quais acusavam as recolhidas de serem mundanas, apadrinhadas por religiosos “carnais e interesseiros”. As recolhidas tinham o apoio da Câmara de Igarassu, com homens desejosos de manter um espaço para guardar também as mulheres de suas famílias e controlar aquelas arrependidas, onde haveria um “verdadeiro *banquete de fé* e regeneração” (ALMEIDA, 2003a, p. 198-199). Usavam ainda o apadrinhamento de Malagrida para justificar a instituição:

[...] desde o ano passado admirada esta Câmara da Vila de Igarassu do raro procedimento de algumas mulheres meretrizes convertidas, e trazidas de tão longe destes sertões acima, do Pe. Missionário Apostólico Gabriel Malagrida, e recolhidas debaixo do ensino e exemplo de algumas donzelas muito virtuosas, e abraçadas do amor de Deus [...]. Ponha nelas os olhos de sua Real piedade, conservando-as e confirmando tão santo recolhimento, muito mais, que elas não pedem nenhuma esmola, nem dão o mínimo

incômodo à terra, mais antes muitos grandes benefícios, especialmente oferecendo-se a ensinarem grátis, e por amor de Deus as nossas meninas (OFICIAIS DA CÂMARA DE IGARASSU, 1746).

O documento indica que a instituição funcionava como um misto de recolhimento que abrigava tanto mulheres “virtuosas” e convertidas, como também educava meninas de forma gratuita. Embora informe que estas não pediam esmolas, sobreviviam dos recursos levantados pelo padre Miguel Sepúlveda, o qual foi efetivamente o grande responsável pela construção e manutenção da instituição. O documento abaixo, além de apresentar uma descrição do próprio recolhimento, aponta para a utilização da regra e do hábito das ursulinas e demonstra como havia uma interdependência com o referido padre:

Metidas no Recolhimento, lhes deu o mesmo dote um diretório, no qual prescrevia as horas para a oração, vocal e mental, para o trabalho, sono e comida, a qual recebiam elas em refeitório comum. Enquanto as recolhidas se emprestavam nos exercícios de piedade; não se descuidava este Padre em adquirir esmolas, para o sustento delas, e para as obras da Igreja, que pretendia fazer, e acrescentamentos do mesmo Recolhimento. No ano de 1747 o bispo D. Fr. Luis de Santa Theresa benzeu e lançou a primeira pedra para fundamento da nova Igreja, e já então seguiam estas Recolhidas a Regra das Ursulinas do Santíssimo Coração de Jesus, e usavam de hábito preto, capoa comprida e véu da mesma cor, cinto de lã, e o Santíssimo Coração no peito. [...] O convento tem bastantes dormitórios e uma cerca murada, dentro da qual entra o rio por benefício do mesmo Padre, que por onde o conduziu para aquele lugar, e é muito útil à comunidade. Por espaço de doze anos sustentou este bom sacerdote as Recolhidas, e suas criadas e faltando-lhe os meios, entrou a padecer a comunidade, vendo-se cada uma obrigada adquirir por alguma agência lícita o sustento e não obstante uso perseveraram na mesma vida religiosa, unindo-se em coro para louvarem a

Deus (NOTÍCIAS SOBRE O ESTABELECIMENTO DE ORDENS RELIGIOSAS EM OLINDA E RECIFE, s.d.).

Infelizmente, existem poucos documentos sobre essa instituição; porém, no final do século XVIII e início do XIX, o recolhimento acabou por se tornar um colégio de meninas, “observando várias fases de decadência e reconstrução” (ALMEIDA, 2003b, p. 230). A falta de documentação também é um problema para a compreensão da última instituição fundada por Malagrida: o Recolhimento do Sagrado Coração de São Luís, no Maranhão, também denominado como Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e dos Remédios.

Segundo Maria José Lobato Rodrigues (2010), a instituição maranhense foi fundada em 1752, a partir do Alvará que concedia a Malagrida o poder de organizar recolhimentos com os princípios das ursulinas. A instituição iniciou as suas atividades com 15 recolhidas, em uma casa provisória, próxima ao Colégio dos Jesuítas, enquanto a definitiva era construída. Mais uma vez, os anseios da comunidade local levaram ao deslocamento da intencionalidade da fundação do recolhimento, uma vez que este já iniciou suas atividades recebendo moças com posses, ao invés daquelas pobres e desamparadas. A inauguração do prédio foi realizada com grande pompa e com uma procissão capitaneada por Malagrida. A manutenção da obra era feita por meio de esmolas recebidas pelos jesuítas em suas andanças pelos sertões do norte e nordeste do território. Esta forte dependência dos jesuítas tomou um caminho tortuoso a partir de sua expulsão do império português.

O DESENTRELAÇAR POR MEIO DA EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

Segundo Célia Tavares (1995), o perfil de Malagrida aponta para a ambiguidade de sua obra: de um lado, ele era um missionário capaz de percorrer longos caminhos, fundar instituições e se destacar no trabalho catequético dos indígenas, nos moldes tridentinos; de outro, agia como um profeta, pois possuía um forte carisma, apresentava premonições e realizava curas milagrosas. Em 1754, o inaciano retornou para Lisboa e finalizou o seu périplo pela América portuguesa. Nesse momento, começou um período de perseguição às suas atividades, muito por conta do seu caráter místico e os conflitos já existentes com os jesuítas. Soma-se ainda o forte antagonismo de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1750-1777), secretário de Estado do governo do rei D. José I (1750-1777) às suas atividades.

Na verdade, a perseguição ao padre Malagrida inscreve-se num contexto maior das rivalidades e antagonismos que se colocavam entre o projeto de reformas pombalinas e a Companhia de Jesus. O auge da crise havia sido a expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios em 1759. Cerca de mil e cem inacianos foram expulsos de terras portuguesas, exemplo que logo foi seguido por outras monarquias europeias, como a França (1764) e a Espanha (1767), culminando com a extinção da Companhia pelo papa Clemente XIV em 1773. Acusados de se preocuparem com a acumulação de bens materiais, de conspirações e de abuso do poder, os jesuítas sofreram enorme perseguição (TAVARES, 1995, p. 146).

Os jesuítas foram expulsos em 3 de setembro de 1759, e Malagrida já fora preso em 11 de janeiro daquele ano, acusado de lesa-majestade, como cúmplice e autor do atentado ao rei que acontecera no ano anterior. Sua execução ocorreu em 1761. Segundo Luis Dória (2001), a religiosidade do povo português continuava forte no momento da

expulsão dos jesuítas, e o que predominava era o princípio regalista, que defendia os poderes do Rei separados da religião; e ainda um espírito anticongregacionista, contrário à presença do clero regular no Império português, uma vez que este era ligado diretamente à Santa Sé.

Pode-se caracterizar o iluminismo português como “ecclético, cristão e católico”, em uma tentativa de harmonizar a razão ilustrada com a fé (ANTUNES, 2011, p. 122). A reforma pombalina pretendia substituir a ação educativa dos inicianos por uma nova dinâmica racionalista, que respeitava a hierarquia eclesial, mas a subordinava ao Estado. Thaís Nívia de Lima e Fonseca (2011, p. 100) aponta que se iniciou um “ciclo de intervenções que, a rigor, significaram a implantação do ensino público estatal no Império português”. O governo português antecipou-se a outros países europeus ao implantar a educação pública como dever do Estado. Mas afinal, o que aconteceu com as instituições femininas que tinham forte influência e relação com os jesuítas?

Infelizmente, não foi possível encontrar documentação sobre o desentrelaçamento de jesuítas e ursulinas nos conventos soteropolitanos, mas trabalho com a hipótese de que estas já eram instituições fortalecidas, que recebiam mulheres pertencentes às famílias poderosas e com fortes relações políticas e religiosas que garantiram a longevidade e manutenção das casas. Porém, é possível encontrar documentação para o Recolhimento de Igarassu que apontam para o desentrelaçamento com os jesuítas, especialmente aqueles que afetam o “jeito de ser” das recolhidas. Em setembro de 1768, o governador da Capitania de Pernambuco informava:

E como a respeito de um Recolhimento de mulheres que há na vila de Igarassu, a quem o Pe. Gabriel Malagrida havia dado instruções da sua mística para o seu modo de viver; o que conferindo eu com o Prelado desta

Diocese, ele se encarregou do modo de reformar estas mulheres, ficando eu na obrigação de dar conta a V. Exa. dos seus progressos, para serem presentes a S. Majestade; se me oferece dizer a V. Exa. que constando ao dito Prelado, que as mencionadas Recolhidas vestiam roupeta ao uso jesuítico, as mandou mudar de hábito; o que assim se executou; e sabendo lhe assistia por Capelão o Pe. Miguel Rodrigues de Sepúlveda, a quem o dito Malagrida havia constituído naquele lugar com obrigação de diretor, o mandou privar destes empregos, exterminando-o oito léguas de distância do dito Recolhimento; ao que não obedecendo aquele súbdito, e vindo para esta praça aonde intentava apelar deste procedimento para a Coroa, o dito Prelado o mandou prender, para o que me pediu auxílio militar, que pontualmente lhe dei; e do aljube o fez retirar para a freguesia de Santo Antônio de Sirinhaem, remetendo-o ao Pároco daquela Matriz, distante doze léguas de Igarassu (FURTADO, 1768).

O padre Miguel Sepúlveda foi o mais atingido nesta situação, sendo destituído de sua função e desterrado de Igarassu. Por outro lado, as mulheres recolhidas tiveram que mudar de hábito para não ter mais nada que as remetesse aos jesuítas. No ano seguinte, o mesmo governador da Capitania de Pernambuco informava que não havia mais problemas no Recolhimento de Igarassu, uma vez que o padre Sepúlveda “faleceu da vida presente no extermínio em que se achava, cessou o cuidado daquela inibição; e o dito Recolhimento se conserva no estado de que dei conta a V. Exa., sem a menor alteração” (FURTADO, 1769).

Já o caso do Recolhimento do Maranhão, aquele que foi fundado no final da estadia de Malagrida na colônia, mas que possuía bens adquiridos pelas ações dos jesuítas, parece que teve mais problemas e mais vontades para cortar as relações com os inacianos. Em 1767, a regente daquele Recolhimento, Maria Josefa de Jesus, dizia que havia terras que foram sequestradas pela Coroa como se fossem dos inacianos no momento da expulsão, mas na verdade pertenciam às recolhidas:

Com a justíssima expulsão dos Padres Jesuítas dos domínios de Portugal, foi e servido mandar proceder o sequestro e fisco Real e todos os seus bens, estando ainda neste tempo o padre Manoel da Silva nas Minas da Natividade, e seus distritos com o nome de Missionário, em que se ocupara bastantes anos antecedentes por aquelas partes, em os quais pediu e adquiriu daqueles moradores várias esmolas para este Recolhimento, com que se povoaram umas fazendas de gados citas na Ribeira de Canabrava também pela disposição dos Procuradores, que naquele tem este Recolhimento, e ferradas com a sua marca que para esse efeito do que para se remetesse.

Porém, seja-me lícito dizer a V. Exa., que sendo estabelecidas as ditas fazendas pela forma referida, a natural e demasiada ambição daquele Padre, que enfim era denominado Jesuíta, não teve ânimo de logo as entregar totalmente ao mesmo Recolhimento, a quem pertenciam, fingindo conveniências, com pretextos tão frívolos, que sem dúvida a ambição o cegava, para não conhecer que em tantos anos não teve delas o menor lucro o mesmo Recolhimento, antes perdas, não só de gados mas também de escravos, por serem situadas na parte mais vexada de gentio brabo (JESUS, 1767).

Parece que a regente já não tinha mais tanto apreço aos jesuítas, pois tratava a expulsão como “justíssima” e demonstrava que o padre que havia contribuído para a busca de recursos para a manutenção da casa não era tão confiável. Mas não conseguiu o seu intento naquele momento e, em 1779, informou à Rainha D. Maria I que ela e as recolhidas viviam em extrema pobreza, uma vez que ainda não haviam recebido as terras confiscadas e que pertenciam ao recolhimento. Neste momento, tentou ainda desvincular a sua fundação com a ação do padre Malagrida, dizendo que ela própria fora a fundadora da instituição:

Há vinte e tantos anos, que Deus Nosso Senhor foi servido inspirar-me a devoção de viver em clausura e ajudada de algumas devotas donzelas, que

quiseram seguir-me e umas esmolos, fundar nesta cidade uma Casa de Recolhimento Religioso, com licença del Rei meu Senhor, Pai de vossa Majestade, que santa alma haja, e do ordinário a quem obedecemos debaixo da proteção da gloriosa anunciação da Virgem Maria Nossa Senhora, no Estatuto das Ursulinas do Coração de Jesus Regra Agostiniana, a qual tenho vivido com regularidade religiosa (JESUS, 1779).

A religiosa justifica e apresenta o vínculo com as ursulinas, porém, não apresenta ter vínculos com os jesuítas em sua fundação. No restante do documento, ela faz menção ao padre que havia recolhido esmolos e cujas terras fora confiscada pela Coroa. Infelizmente, não foi possível encontrar o desfecho dessa história.

BREVE CONCLUSÃO

Compreendo que esta pesquisa ainda está em seu estágio inicial e, portanto, requer a busca de outras fontes para fechar as lacunas deixadas ao longo do texto. Mas aponto para a importância de perceber como os jesuítas se utilizaram dos princípios das ursulinas para adentrarem e até controlarem os espaços femininos. Por outro lado, possivelmente os princípios das ursulinas não teriam alcançado lugares tão distantes se não fosse pelas ações dos jesuítas. Os entrelaçamentos foram necessários, mesmo que não se tornassem tão duradouros na América portuguesa, especialmente pela mediação do padre Gabriel Malagrida, e acabaram após a expulsão dos jesuítas. É importante observar que as “jesuítas” aparecem apenas nos documentos dos anos iniciais dos Conventos e Recolhimentos aqui analisados e depois foram denominadas ursulinas. Por trás de tudo isso, saliento a importância desses entrelaçamentos para o fortalecimento do discurso sobre a educação feminina no período analisado.

FONTES DOCUMENTAIS

CONCEIÇÃO, Maria Joaquina. Requerimento. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Bahia – Eduardo de Castro e Almeida. Caixa 55, documento número 10662. 28 out. 1782.

CORREA, D. Frei Antônio. Ofício. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Bahia – Eduardo de Castro e Almeida. Caixa 80, documento 15584. 2 mar. 1794.

FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. Ofício. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Pernambuco. Caixa 106, documento número 8206 (1). 24 set. 1768.

FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. Ofício. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Pernambuco. Caixa 107, documento número 8287. 6 mai. 1769.

JESUS, Soror Beatriz Maria de. Requerimento. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Bahia – Eduardo de Castro e Almeida. Caixa 02, documento número 128(1). 4 set. 1751.

JESUS, Soror Beatriz Maria de. Requerimento. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Bahia – Avulsos. Caixa 119, documento número 9311. 2 mai. 1754.

JESUS, Superiora Maria Josefa de. Carta. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Maranhão. Caixa 54, documento número 6134. 24 jun. 1779.

JESUS, Superiora Maria Josefa de. Ofício. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Maranhão. Caixa 42, documento número 4189. 23 set. 1767.

MATTOS, D. José Botelho. Carta. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Bahia – Eduardo de Castro e Almeida. Caixa 11, documento número 2010. 30 ago. 1755.

MONSERRATE, Úrsula Luiza de. *Memorias da Fundação do Convento das Ursulinas na cidade da Bahia*. Acervo Biblioteca Nacional. 23 set. 1745.

NOTÍCIAS SOBRE O ESTABELECIMENTO DE ORDENS RELIGIOSAS EM OLINDA E RECIFE. Biblioteca Nacional (Brasil). Documento número 981.34. s.d.

OFICIAIS DA CÂMARA DE IGARASSU. Carta. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Pernambuco. Caixa 63, documento 5376. 27 abr. 1746.

OLIVEIRA, Antonio de. *Serman na profissam de quatro religiosas irmans em 2 de junho de 1748*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1749.

RÈGLES ET CONSTITUTIONS de l'institut et compagnie des religieuses de Ste Ursule. A l'usage du Couvent des Ursulines de Bordeaux, et des Maisons qui y sont ou qui y seraient affiliées. Bordeaux: Chez J. Lebreton, 1829.

SANTA IGNEZ, D. Frei Manuel de. Carta. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Bahia – Eduardo de Castro e Almeida. Caixa 35, documento número 6554-6555. 30 jun. 1764.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. C. C. As Marias Madalena de Pernambuco. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 21, n. 1, p. 189-209, 2003a.

ALMEIDA, S. C. C. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português (XVI-XVIII)*. Tese de Doutorado em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003b.

ANNAERT, P. Entre «jésuitesses» et ursulines. Les jésuites et les religieuses enseignantes à l'aube du XVIIe siècle. *Vie Consacrée*, Paris, n. 4, p. 256-265, 1990.

ANNAERT, P. L'apport des religieuses enseignantes à l'éducation des filles dans les villes du nord-ouest de l'Europe, XVIIe-XVIIIe siècles. *Revue du Nord*, Lille, no.394, p.9-31, 2012.

ANTUNES, Á. A. Pelos pés de Francisco: caminhos da instrução escolar na segunda metade do século XVIII, em Minas Gerais. In: LIMA E FONSECA, Thaís Nívia de (org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2011, p. 119-140.

BARROS, J. D. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. *Secuencia*, Cidade do México, n. 103, p. 1-30, 2019.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DANTAS, I. M. T. M. J. C. P. *História das Ursulinas no Brasil: o Convento de Nossa Senhora das Mercês*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, s/d.

DORIA, L. *Do cisma ao convênio: Estado e Igreja de 1831 a 1848*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

- FERREIRA, A. S. *A reclusão feminina no Convento da Soledade: as diversas faces de uma experiência* (Salvador – século XVIII). Dissertação de Mestrado em História. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- GRUZINSKI, S. *Les quatre parties du monde: histoire d'une mondialisation*. Paris: Éditions de la Martinière, 2004.
- KELLER-LAPP, H. Devenir des jésuitesses: les missionnaires Ursulines du monde atlantique. *Histoire & Missions Chrétiennes*, Paris, n. 16, p. 19-51, dez. 2010.
- FONSECA, T. N. L. Professores régios na América portuguesa: representações e práticas de obtenção de posições e privilégios na sociedade colonial. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (Org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2011, p. 99-116.
- FONSECA, T. N. L. Mediadores culturais e história da educação. In: SÁ, Elizabeth Figueiredo; SIMÕES, Regina Helena Silva; GONÇALVES NETO, Wenceslau (Orgs.). *Circuitos e fronteiras da história da educação*. v. 12. Vitória: EDUFES, 2015, p. 117-131.
- MADEIRA, M. G. L. Gabriel Malagrida nas tensões missionárias do século XVIII: um itinerário de fontes históricas e literárias. In: SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Orgs.). *Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República*. Brasília: Líber Livros, 2016, p. 91-112.
- MAZZONIS, Q. Donne devote nell'Italia post-tridentina: il caso delle compagnie di Sant'Orsola. *Rivista di Storia della Chiesa in Italia*, Roma, v. 68, n. 2, p. 349-385, jul.-dez. 2014.
- MEDEIROS, T. G. *Entre cartas e escritos: a trajetória do Padre Gabriel Malagrida e o Seminário Jesuíta da Parahyba* (séculos XVII e XVIII). Dissertação de Mestrado em História. João Pessoa: Paraíba, 2017.
- RODRIGUES, M. J. L. *Educação feminina no Recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição*. Dissertação de Mestrado em Educação. São Luís: UFMA, 2010.
- TAVARES, C. C. S. *Entre a cruz e a espada: jesuítas e a América portuguesa*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.